



ID: 120345672

28-11-2025

Crise Subida dos custos da habitação obrigou muitas famílias a mudarem-se para casa dos pais ou a viver em apartamentos partilhados, onde o espaço é insuficiente. A situação potencia conflitos

Uma em cada seis famílias vive em casas sobrelotadas

Textos **JOANA PEREIRA BASTOS**
Ilustração **GONÇALO VIANA**

O sossego de Odete Amaral acabou há dois anos, quando a filha e os três netos se mudaram para o seu estreito apartamento em Marvila (Lisboa). Separada e sem dinheiro para pagar uma renda, a jovem de 32 anos e as crianças não tinham mais para onde ir. Sem alternativas, vivem os cinco "amontoados" e num clima de tensão permanente. "Eu vivia em paz e agora estou no inferno. Eu e a minha filha temos feitos muito diferentes e estamos sempre a discutir. Tento não explodir à frente das crianças, mas às vezes não consigo. Está a ser muito difícil", desabafa.

Odete, que trabalha como empregada doméstica, dorme num quarto onde só cabe uma cama e a filha partilha o outro com as três crianças de 9, 8 e 4 anos. "O espaço é pequeno para todos e está sempre tudo desarrumado, com muita confusão e muito barulho. É um caos. Sinto-me por um fio", descreve.

Com a subida a pique do custo da habitação, nos últimos anos muitas pessoas foram obrigadas a regressar a casa dos pais ou de outros familiares por não conseguirem pagar uma renda aos preços atuais. Outras são forçadas a alugar quartos, em casas que partilham com estranhos. Em muitos casos, o espaço é demasiado exíguo para todos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), 1,2 milhões de pessoas vivem em situação de sobrelotação habitacional, o que corresponde a 11,2% da população. Entre as famílias com filhos, a situação é ainda mais expressiva: 16,1% residem em casas que não têm espaço nem divisões suficientes para a dimensão e composição do agregado. Ou seja, que não têm, pelo menos, um espaço comum, um quarto para o casal ou adulto e um quarto por cada duas crianças ou jovens. Feitas as contas, o problema afeta uma em cada seis famílias.

"A sobrelotação é uma das consequências mais flagrantes da crise da habitação", sublinha a socióloga Sandra Marques Pereira, do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do ISCTE.

Após ter sofrido o maior agravamento de que há registo em 2023, a taxa de sobrelotação habitacional caiu ligeiramente no último ano, registando, ainda assim, o segundo valor mais alto da última década. A investigadora desvaloriza a descida, considerando mais provável que se deva a oscilações na constituição da amostra do Inquérito às Condições de Vida realizado anualmente pelo INE do que a uma diminuição real, tendo em conta que o preço das casas não só não baixou como subiu naquele período.

"Há um desfazamento cada vez maior entre o rendimento das famílias e o preço das casas, que atingiu os valores mais altos de sempre. É o maior problema social que temos

em Portugal neste momento e não há nenhuma perspectiva de que a situação melhore nos próximos anos", corrobora Gonçalo Antunes, professor da Universidade Nova de Lisboa e especialista em políticas e mercado da habitação (ver entrevista).

"Simplesmente não há casas"

Tânia Pereira, assistente social no Centro Porta Amiga, da AMI, em Gaia, vê diariamente as "consequências dramáticas" do custo que atingiu a habitação. "Acompanhamos muitos casos de pessoas que foram forçadas a mudar-se para casa de familiares porque o senhorio subiu a renda para valores que já não conseguem suportar, mesmo trabalhando, ou quis rescindir o contrato e não encontram outra casa que possam pagar. E outras que são obrigadas a mudar-se para um quarto com a família inteira, em apartamentos que partilham com pessoas que não conhecem de lado nenhum. Muitas casas estão completamente sobrelotadas. É uma situação bastante complicada e frequentemente problemática, mas que tem vindo a aumentar muito e que, nos últimos dois ou três anos, tornou-se comum", diz.

De acordo com a técnica, o preço das casas é atualmente o principal fator que leva as famílias a pedir ajuda. "Mesmo quando as pessoas trabalham, o rendimento não chega para pagar uma casa. Ou pagam-na, mas a renda engole tudo o que ganham e depois falta dinheiro para o resto, incluindo para comer, e são obrigadas a pedir apoio alimentar", conta.

Soraia Silva é uma das muitas pessoas que, este ano, pediu ajuda naquele Centro Porta Amiga da AMI. Separada há oito meses, com cinco filhos a cargo, mudou-se para casa da mãe, onde já vivia também o tio. Mas o contrato de arrendamento está a chegar ao fim e o senhorio já avisou que não vai renovar.

Não há dia que Soraia não procure casas para arrendar, mas todos os anúncios apresentam valores que não tem como suportar. "Fui alargando a pesquisa até zonas cada vez mais longe, mas mesmo assim é tudo caríssimo. Já estou a ver em Aveiro e não encontro nada. O máximo que conseguiria pagar são 500 euros, mas simplesmente não há casas a esse preço em lado nenhum. Pedem-se €300, €900 por um T1. E nós pre-



NÚMEROS

1,2

milhões de pessoas estão a viver em casas sobrelotadas, o que corresponde a 11,2% da população residente, segundo dados do INE

16,1%

das famílias com filhos residem em casas que não têm espaço suficiente para a dimensão e composição do agregado

17,3%

das pessoas que vivem em situação de sobrelotação habitacional estão em risco de pobreza

32,9%

estão desempregadas ou inativas

cisariámos, no mínimo dos mínimos, de um T2. É impossível", lamenta, desesperada com a iminência de ficar na rua.

12 estranhos num T2

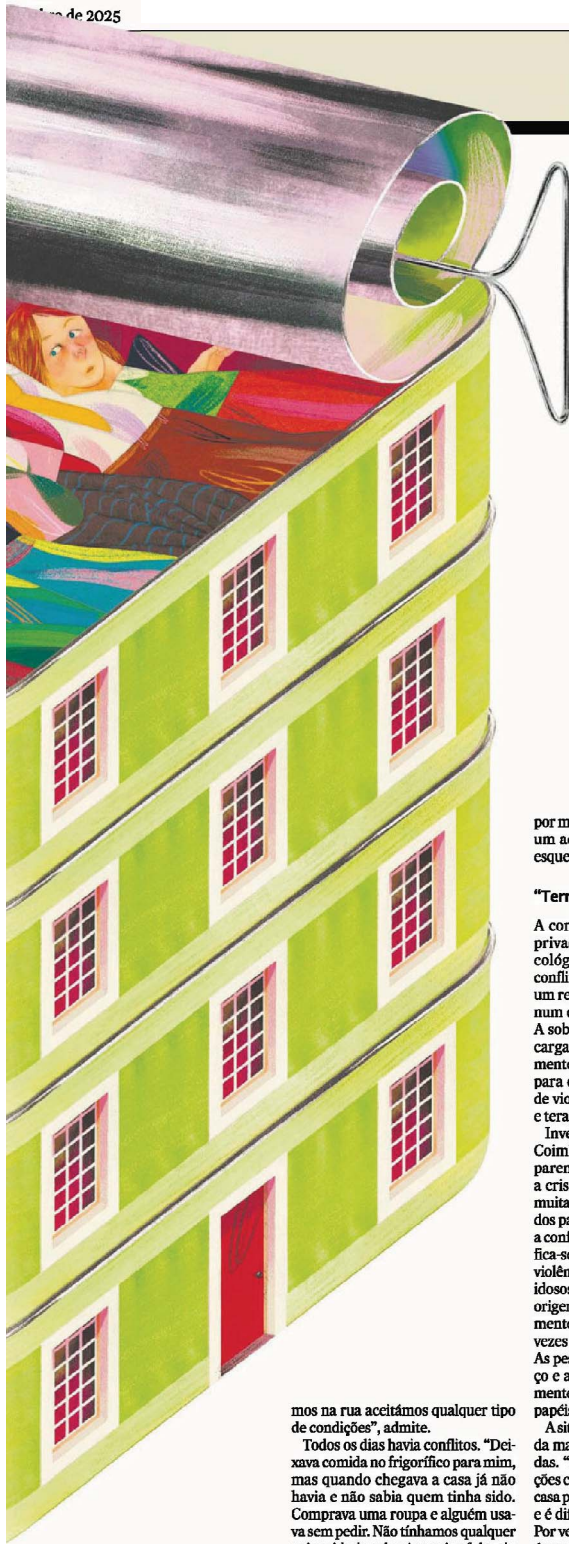
Os imigrantes constituem um dos grupos mais vulneráveis e estão entre os que vivem em piores condições. Segundo os dados do INE relativos a 2023, o último ano para o qual é possível fazer uma desagregação por nacionalidade, 22,7% dos estrangeiros em Portugal residem em casas sobrelotadas. Foi, até há poucos meses, o caso de Catila Sebastião, angolana de 24 anos há seis a viver no país, que chegou a parti-

ilhar um T2 com mais 11 pessoas que não conhecia de lado nenhum.

"Dormia num quarto pequenino com mais três raparigas, em colchões no chão. Na sala dormiam três rapazes. No outro quarto estavam cinco pessoas, entre elas um senhor com

A SOBRELOTAÇÃO É UMA DAS CONSEQUÊNCIAS MAIS FLAGRANTES DA SUBIDA DO PREÇO DAS CASAS

... de 2025



por mês, com despesas incluídas. Foi um achado, mas tão depressa não esquecerá o "pesadelo" que viveu.

"Terreno fértil para conflitos"

A convivência forçada e a falta de privacidade têm um impacto psicológico profundo e potenciam a conflitualidade. "A casa deixa de ser um refúgio protetor e transforma-se num espaço de tensão permanente. A sobrelotação provoca uma sobrecarga emocional para todos os elementos e constitui um terreno fértil para o conflito e até para situações de violência", diz a psicóloga clínica e terapeuta familiar Neusa Patuleia. Investigadora da Universidade de Coimbra na área da violência filio-parental, a especialista explica que a crise da habitação está a obrigar muitas pessoas a regressarem a casa dos pais, o que está a fazer aumentar a conflitualidade intrafamiliar. "Verifica-se um aumento de situações de violência de filhos em relação a pais idosos e um dos fatores que está na origem desse crescimento é precisamente a coabitação forçada, muitas vezes em situação de sobrelotação. As pessoas deixam de ter o seu espaço e a sua autonomia e existe facilmente um atropelo dos limites e dos papéis de cada um", afirma.

A situação tende a complicar-se ainda mais quando há crianças envolvidas. "Há uma sobreposição de funções com avós, pais e netos na mesma casa porque os pais também são filhos e é difícil definir quem decide o quê. Por vezes, os avós entendem que eles é que decidem porque é a sua casa, o que pode gerar conflitos em relação à educação das crianças", adianta. Por outro lado, a mudança forçada para casa da família alargada condiciona o projeto de família nuclear, potencian-do também a tensão dentro do casal.

Na sua prática clínica, Neusa Patuleia acompanha vários casos destes, incluindo em famílias de classe média que, perante a subida a pique dos custos da habitação, optaram por mudar-se para casa de familiares para "conseguirem manter algum nível de vida" e poderem continuar a assegurar as atividades e a escola dos filhos. "Não é um problema de nicho, que atinge apenas os mais pobres. São situações que estão a acontecer com cada vez mais frequência e que facilmente podem tornar-se muito problemáticas", avisa.

jbastos@expressoimprensa.pt

A MUDANÇA FORÇADA PARA CASA DOS PAIS ESTÁ A FAZER AUMENTAR OS CONFLITOS FAMILIARES

dois filhos menores, um menino de três anos e uma menina de 12. Para não ficar num quarto com vários homens, essa menina passou a dormir na minha cama", relata.

Catila trabalha na restauração, mas não consegue fazer horário completo porque, ao mesmo tempo, está a tirar um curso de contabilidade. O que ganha não chega ao salário mínimo. Tentou arrendar um apartamento com amigas, mas todas as casas que viram exigiam adiantamento de várias rendas, além da caução, e não tinham esse dinheiro para avançar. Sem alternativas, restou-lhe um colchão no chão, numa casa com 12 pessoas a viver ao monte. Cada uma pagava 250 euros. "Para não ficar-

Gonçalo Antunes Professor da Universidade Nova de Lisboa e especialista em políticas de habitação

"A crise da habitação ainda vai agravar-se mais"

O número de pessoas a viver em casas sobrelotadas é uma das consequências da crise da habitação?

É um fenómeno que está a agravar-se, em resultado do aumento do preço das casas, que atingiu os valores mais altos de sempre, com consequências dramáticas a vários níveis. A sobrelotação é uma das faces desta crise, tal como o aumento dos bairros de barracas ou do número de pessoas sem-abrigo.

Qual é o perfil das pessoas que vivem em sobrelotação?

Muitas são imigrantes que vivem em quartos e também famílias de baixos rendimentos que residem em casas que não são adequadas à dimensão do agregado.

Segundo o INE, 16,1% das famílias com filhos residem em casas sobrelotadas.

As famílias aumentam, mas não há dinheiro para adquirir ou arrendar outra habitação que seja mais adequada à nova composição do agregado e veem-se presas a uma casa sem espaço. O grande problema é o desfasamento cada vez maior entre o rendimento das famílias e o preço das casas. Muitas são forçadas a mudar-se para casa de familiares ou a viver em casas partilhadas com estranhos. São fenómenos que já foram comuns noutras épocas. Por exemplo, nos anos 60 era muito frequente em Lisboa ver famílias a viver em "partes de casa", como se dizia na altura. Ou seja, em casas que partilhavam com outras pessoas. Muitos destes problemas que estão agora a crescer não são novos, mas nas últimas décadas tinham diminuído bastante e já não estávamos habituados a vê-los.

Durante a crise da troika, também assistimos a situações deste tipo, mas na altura era o desemprego que estava na génese do problema. Agora é mais preocupante?

O problema agora é mais difícil de resolver, porque resulta de uma crise mais profunda e estrutural. Estamos a falar de pessoas que, mesmo trabalhando, não conseguem pagar uma casa. É o maior problema social que temos em Portugal e não há perspectiva de que a situação melhore nos próximos anos. O que se antevê é que venha a agravar-se ainda mais.

Que medidas poderiam resolver ou minimizar a crise?

É necessário um pacote alargado de medidas, que seja transversal e que tenha uma visão de médio e longo prazo, que sempre faltou nas políticas de habitação em Portugal. Neste domínio, as medidas são sempre muito dicotómicas. Um Governo de centro-esquerda toma umas e depois



NÃO ME CHOCAVA QUE FOSSE COLOCADO UM TRAVÃO AO AUMENTO DOS PREÇOS

vem um de centro-direita que as revoga e introduz outras, o que cria grande instabilidade. O essencial é aumentar o parque habitacional público. Em Portugal temos apenas 2% de habitação pública e a última grande vaga de construção aconteceu nos anos 90, no âmbito do Programa Especial de Realojamento [PER, criado para erradicar bairros de barracas]. Ou seja, 98% da habitação é particular e depende por completo dos valores de mercado, sem nenhum tipo de regulação. É urgente criar um parque habitacional intermédio que permita o arrendamento a custos controlados. A construção pode ser pública ou ser feita com apoio do Estado, por exemplo por entidades assistencialistas e mutualistas. E é preciso colocar as cooperativas novamente a construir para colocarem casas no mercado a preços mais reduzidos, como se fez nos anos 80.

Construir demora tempo...
 As únicas soluções que têm impacto de um dia para o outro são medidas como o controlo de rendas, que existem em alguns países europeus. Nos Países Baixos, por exemplo, há tetos de rendas. Não sou muito favorável a medidas desse tipo, porque têm efeitos perniciosos a longo prazo. Ainda assim, podem ser importantes em determinados momentos em que o acesso à habitação está particularmente agravado, como acontece agora. Dada a gravidade da situação, penso que o Estado deve ser mais intervencionista para garantir que os preços não continuam a subir. Não me chocava que fosse colocado um travão aos aumentos. Alguma coisa tem de se fazer.